

Tema: O financiamento do ensino superior em Angola e a sua implicação no sector privado: Perspectiva da regulação da educação. Estudo de caso.

Autor: Bento Muteka

bmuteka65@gmail.com/bmuteka@yahoo.com.br

Escola Superior Pedagógica do Bengo

O nosso estudo se propõe abordar a questão do financiamento do ensino superior como instrumento da regulação da educação. Quer dizer, o Estado dispõe de vários instrumentos para regular a educação no geral e a educação superior no particular. Porém vamos cingir-nos apenas na regulação do ensino superior.

Na regulação do financiamento do ensino superior o Estado é o órgão reitor, que traça as políticas. Porém, embora caiba ao Estado definir tais políticas, no quadro da acção pública, não é o único actor nesse processo, pois «Estado tem um papel relevante na definição, pilotagem e execução das políticas e da acção pública, ao mesmo tempo que é obrigado a partilhar esse papel com outros actores» (Barroso, 2006, p.11).

O estudo pretende ser uma análise descritiva e compreensiva de como se desenvolveram as políticas do financiamento da educação superior em Angola desde a independência até actualidade; pretende também compreender como se desenvolveu o processo da construção dessa política e o modo como os diversos actores se apropriaram dessas políticas, como é que os estudantes e suas famílias participam desse processo, bem como as razões que estiveram na base do surgimento do ensino superior privado.

O campo do nosso estudo é o financiamento superior público e privado através do envolvimento do Estado, das instituições privadas, dos estudantes e suas famílias.

O objectivo do estudo é compreender de que modo o Estado e outros actores têm concorrido na construção e apropriação das políticas do financiamento do ensino superior em Angola desde a independência até actualidade, relacionando a teoria presente nas leis e a prática que se consubstancia na partilha de custos.

A austeridade económica e financeira que os países vivem nos dias que correm exige a racionalização dos recursos e um estudo aturado que se radique nos subsídios científicos outorgados pela Economia da Educação e pelas políticas do financiamento do ensino superior que se distanciem do senso comum (Cerdeira, 2008).

Desde a independência o financiamento do ensino superior público foi assegurado pelo estado, digamos de um modo geral. Porém a nível dos estudantes e suas famílias houve sempre despesas não contabilizadas (oficialmente ou explicitamente) uma vez que qualquer actividade envolve sempre custos. É neste sentido que, quer Johnstone quer Cerdeira enfatizam a questão do financiamento do ensino superior como partilha de custos (Johnstone, 2009; Cerdeira, 2008).

Pretendemos fazer um estudo do financiamento que abarque os vários períodos por que o ensino superior angolano passou, bem como as medidas legislativas, normas produzidas pelo Estado. E falar do ensino superior em Angola *ab initio*, é falar do percurso histórico da Universidade Agostinho Neto, pois desde a independência até 1992/99 em Angola só existia uma universidade a Universidade Agostinho Neto (UAN). A partir de 1992/99 nasce o ensino superior privado e primeira universidade privada foi a Universidade Católica de Angola.

Pretendemos também saber se o surgimento do ensino superior privado foi fruto da ineficiência da acção do Estado em termos de financiar o ensino superior, ou se da demanda sempre crescente na procura dos serviços da educação superior.

Por outro lado, a diminuição dos recursos cabimentados à educação e ao ensino superior a nível global tem sofrido uma diminuição pronunciada (Johnston, 2009, Cerdeira 2008) a assistindo-se assim a mudanças significativas, com os governos a desinvestirem no ensino superior, muitas vezes pelas dificuldades orçamentais em que se encontravam, ou mesmo por opção ideológica quanto à intervenção do Estado no financiamento à Educação; Isso levou a que os estudantes e suas famílias fossem forçados a participar cada vez mais nos custos educativos, através do aumento ou fixação das propinas. Esse facto revela que o Estado por si só, não é capaz de suportar ou arcar com todas as despesas para com o ensino superior e que obriga-se a partilhar esse encargo com outros actores e, neste caso, os estudantes e suas famílias, ao que chamam de *cost-sharing* (partilha de custos).

Neste sentido pretendemos saber se a entrada em cena doutros actores (estudantes e suas famílias) no financiamento ao ensino superior por um lado, e por outro o surgimento do ensino privado resulta da incapacidade do Estado financiar este sector, ou da opção ideológica.

Neste estudo pretende-se seguir o paradigma interpretativo, uma análise descritiva e compreensiva. Segundo Bogdan e Biklen (1994), um paradigma consiste num conjunto aberto de asserções, conceitos e proposições logicamente relacionados e que orientam o pensamento e a investigação. Por outro lado, Afonso (2005), afirma que a maior parte de investigação educacional tem sido fortemente influenciada pelos processos metodológicos dominantes nas Ciências Sociais mais influentes nesse campo específico. Ainda segundo Berger e Lackmann, citados por Afonso (2005), toda e qualquer investigação seja ela construída com informação quantitativa ou com informação qualitativa, pressupõe elementos subjectivos, dado que o conhecimento sobre a realidade social é em si mesmo um fenómeno subjectivo; ao passo que o conceito de objectividade científica está tradicionalmente associado aos procedimentos do método experimental e corresponde a um conceito restritivo de ciência.

Auguramos realizar um estudo de caso nas quatro instituições de ensino superior, isto é, duas estatais e duas do ensino privado: Faculdade do Direito da Universidade Agostinho Neto, Faculdade do Direito da Universidade Católica de Angola (UCAN), Escola Superior Pedagógica do Bengo (ESPB), e o Instituto Superior Kanganjo de Angola do ensino superior privado, onde se leccionam também as ciências de educação para facilitar a sua comparabilidade. Elegemos fazer um estudo na Faculdade do Direito da Universidade Agostinho Neto, por ser a primeira instituição do ensino superior público a implementar a cobrança das propinas, entrevistando o decano, chefes de Departamentos e/ou outro pessoal ligado à área de informação relevante relativa à evolução e políticas do financiamento; quanto à genealogia das propinas procuraremos também saber de quem foi a iniciativa da implementação das propinas, se da parte do poder representado pela Reitoria ou se da parte da população estudantil que desejava uma vaga, se houve da parte da direcção medidas impositivas ou se a aderência ao pagamento da propina no curso pós-laboral foi espontânea e deliberada. Por outro lado, procuraremos saber se o modelo de gestão unipessoal e vertical convém ou se prefere o modelo de gestão colegial e participativo. Por outro lado procuraremos saber se os mecanismos da distribuição dos recursos ou do financiamento do ensino superior são os mais adequados ou não.

Dos alunos pretendemos, através dum inquérito por questionário, saber o nível do rendimento das famílias, sobre os custos que têm de assumir, sobre quem deve pagar os custos e disso deduzir se tais custos foram assumidos de forma livre ou impostos. Por

outro lado, pretendemos também saber se o estudante vive em casa própria ou arrendada, o valor do arrendamento, quanto gasta com o material escolar e as propinas, com a saúde e com a alimentação bem como o lazer. Numa palavra pretendemos saber sobre os custos de vida e de educação dos estudantes. Para além da faculdade do Direito da UAN, auguramos também fazer um estudo paralelo na Escola Superior Pedagógica do Bengo (ESPB), por ser a instituição estatal com um número de alunos que beneficiam das políticas das bolsas de estudo implementadas pelo governo por um lado, e por outro por ser a instituição onde o investigador trabalha, contornando assim os excessos de burocracia que muitas vezes encontramos nas instituições e por haver ali maior índice de pobreza.

Por outro lado pretende-se também estudar instituição do ensino superior privado no caso da Universidade Católica de Angola por ser a primeira universidade do ensino privado em Angola. Procuraremos saber se o aparecimento do ensino superior privado resulta da ineficiência da acção do Estado em prover o bem educação ou se resulta das limitações das vagas no ensino estatal. Da parte dos gestores procuraremos saber se os recursos disponíveis são suficientes para que a Universidade cumpra a sua missão. Esperamos aplicar um questionário ao alunos, sobre a condição socioeconómica dos pais, para deduzir o nível de dificuldades que eventualmente possam ter, saber o nível de rendimento dessas famílias, bem como o número dos membros do agregado familiar a frequentar o ensino. Pretenderemos também saber se tem transporte pessoal ou não, para se poder deduzir os gastos com o combustível ou quanto gasta com o táxi durante um mês e multiplicar esse valor pelo número de meses e anos de formação, saber quanto gasta com o telefone e a internet por mês. Procuraremos também saber se a sua matrícula no ensino privado foi fruto de escassez de vagas no ensino estatal ou seja saber as razões da escolha da instituição privada se da livre escolha ou por falta de vagas nas instituições públicas do ensino superior ou se por outras razões.

Pretenderemos também saber o nível académico dos pais para se saber se o nível de educação (instrução) influencia na escolha da universidade e, saber quem paga efectivamente os seus estudos.

Bibliografia

Afonso, N. (2005). *Investigação naturalista em Educação. Um Guia prático e crítico*. Porto. GLAFLASA.

Barroso, J. (2006). *A educação em Portugal (1994-2014). A volatilidade das soluções e o imobilismo dos problemas*. Administração educacional. Revista do Forum português da Administração educacional.nº9, 2016

Bogdan e Biklen. (1994). *Investigação Qualitativa, Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.

Cerdeira, L.(2008). *O Financiamento do Ensino Superior Português. A Partilha de custos*. Lisboa: FPCE.

Johnstone, Bruce. D. (2009). *Worldwide Trends in Financing Higher Education: A Conceptual Formwork*